

“Deus é grande, mas o mato é ainda maior”: estratégias de recrutamento e as variadas táticas de resistências na Província do Rio Grande do Norte durante a Guerra do Paraguai.

Francisco Urbano Alves

Mestrando PPGH/UFPB

A partir dos direcionamentos dado pela Nova História Militar que desde a década de 1990 concentra seus estudos não mais em busca de entendimento do processo fortalecedor do estado a partir da participação dos militares, mas, contemplando estudos sociais, políticos e econômicos até então esquecido pela historiografia militar dominante e usando como documentação: relatórios dos presidentes de província, do Ministério da Guerra e da Marinha, bem como discussões no Senado e Câmaras dos Deputados, pretendemos discutir usando em alguns momentos do léxico de Guerra os conflitos na província do Rio Grande do Norte ocasionados pelo conflito nacional contra o Paraguai, de modo que o discurso de patriotismo perpetrado pelos grupos dominantes foram decisivos na alimentação das tropas nacionais. Dessa maneira o recrutamento que foi lançado por toda a província modificou e foi modificado pelo cotidiano, tanto os dispositivos estratégicos de recrutamento quanto os táticos de resistências serão contemplados nesse trabalho a fim de compreensão acerca das rupturas e permanências que o conflito nacional juntamente - e as vezes independente - com o local gerou no cotidiano da Província.

Palavras Chaves: Rio Grande do Norte; Província; Recrutamento

“Às armas Valentes Rio-grandenses”: Construção e formação do exército provincial através do discurso do voluntariado.

A importância de se ter um exército forte e organizado fora desde Antiguidade posta como princípio medidor de força do estado, contudo, somente na contemporaneidade a organização do exército ganhou escopos e estereótipos distintos da força bruta para as conquistas de outros povos como principal finalidade, as forças políticas e sociais foram permeadas através e pela formação de um exército forte, organizado, bem estruturado e acima de tudo nacionalizado, era de extrema importância a abolição de tropas mercenárias, e se haviam tropas de outras nações, deviam se amalgamar com propósito único, a defesa de interesses de uma única nação. O historiador Marco Mondaini nos situa nesta discussão quanto aos novos métodos implementados pela França em detrimento do que ocorria no resto da Europa:

Enquanto a Europa dos soberanos continua a fazer uso de tradicionais métodos militares como a utilização de exércitos profissionais muito bem treinados e pouco numerosos, a França revolucionária começa a adotar meios inovadores e mais eficazes. Entra em cena de forma inédita um

exército formado a partir do recrutamento de toda uma nação, assentado em massas mobilizadas e motivadas.¹

O exército de Napoleão fora o sustentáculo de suas ambições imperialistas, para tanto, tornou-se necessário um processo de renovação da tropa. Para Mondaini o exército era o “povo comum em uniforme — o povo em armas —, no qual a liberdade de organização e discussão vinha propiciando uma rápida conscientização política dos seus membros, transformando-o numa verdadeira incubadora de idéias radicais”². Para tanto duas medidas foram essenciais para a grandiosidade deste exército; primeiro a lei do amálgama, que tornava oficial a fusão do antigo batalhão com o novo agora de voluntários e, em segundo a obrigatoriedade de alistamento de todos os homens de 18 a 24 anos, estas medidas foram essenciais para as sucessivas vitórias nas guerras napoleônicas que se seguiram até 1812.

Para Celso Castro esse discurso seria abarcado, contudo, por um processo de maiores dimensões que englobariam não somente o exército napoleônico, mas um processo que vinha sendo moldado a partir do sistema que fora concebido durante conflito entre Prússia e França:

Após a vitória da Prússia na guerra contra a França, o sistema prussiano de conscrição, baseado no serviço militar obrigatório e considerado um dos fatores decisivos para a vitória, generalizou-se pelos exércitos europeus e japoneses. Dessa forma, disseminou-se a noção de ‘Nação em Armas’, segundo a qual todo cidadão era um soldado em potencial, e as forças armadas, além de responsáveis pela defesa nacional, uma espécie de ‘escola da nacionalidade’, já que idealmente recrutariam elementos de todos os setores da população, de todas as origens sociais, dotando-os de um sentimento de unidade nacional. Assim apenas o corpo de oficiais passara a ser permanente; a base da instituição – as praças — sofreriam renovações periódicas³.

A grandiosidade do exército Napoleônico fora demonstrada na coesão de suas forças, bem como na formação de uma corporação fomentadora de suas necessidades e forças políticas. O imperador Napoleão tinha consciência da natureza que a fortificação deste exército traria, sendo, assim, era preciso desmerecer as políticas que marcavam o exército de forma negativa, como a promoção por meio de serviços prestados, descartando o sistema anterior onde os nobres tinham destaque nas tropas, mesmo que não demonstrassem talento para tanto, dessa forma buscava-se motivar os ânimos a fim de conseguir uma grande mobilização de tropas, priorizando de início a evocação voluntária para que depois de assentada os princípios de defesa da nação fossem estas medidas estendidas a todos os homens entre 18 e 24 anos, Mondaini destaca o ponto de

estrangulamento das forças armadas, que Napoleão sabiamente soube detectar e agir em detrimento das antigas formas de gerir esta instituição:

Ainda que as tropas herdadas do exército monárquico se destacassem pelo treinamento da arte militar, faltava-lhes o fundamental para a defesa de um país que precisava cada vez mais se proteger dos inimigos internos e externos: a vontade política revolucionária, a consciência de que se lutava para transformar a história⁴.

O sistema brasileiro, contudo, deve ter resguardadas as suas especificidades também quanto à formação do seu exército, que após a “conquista” da independência firmara suas tropas em diminuto número de oficiais e por vezes tropas mercenárias. Desta maneira no momento de deflagração da guerra do Paraguai o exército registrava uma grande defasagem em suas fileiras, neste sentido Julio José Chiavenatto aponta que *“em 1864, quando o Brasil invade o Uruguai e prepara-se para fazer a guerra, o exército tem oficialmente, 15091 praças e 1733 oficiais”*⁵ esta situação também era sentida pelo autor Aduino da Câmara que demonstra em suas palavras pretensa preocupação quanto ao efetivo da força da tropa imperial *“tínhamos 16.000 homens de 1º linha, e o inimigo era a maior potência da América do sul”*⁶. Várias foram as medidas impostas pelo imperador quanto à formação destas tropas, que dificultavam a ampliação e fortificação, bem como a organização deste exército:

O serviço militar era considerado um castigo, uma degradação, quer pelos soldados do exército serem compostos por aqueles vistos como desclassificados pela elite, quer pelas más condições de vida nos quartéis. Neles, havia punições corporais para as faltas dos soldados; a remuneração era a mesma desde 1825, quando a moeda valia o dobro em relação a 1865; a tropa recebia uma refeição por dia; as acomodações nos quartéis eram péssimas e o armamento antiquado⁷.

Nesta fala de Doratioto são demonstradas as medidas que o imperador tinha perante a formação do seu exército, que fazia oposição as formas de coesão e organização que vinha sendo disseminadas após as guerras Napoleônicas, tais medidas tinham um propósito, visavam resolver três problemas inerentes ao contexto monárquico brasileiro: a proteção e manutenção do seu poder frente a um exército que não oferecesse grandes ameaças, a retirada das ruas de todos os inválidos, pedintes, entre outros considerados “desclassificados pela elite” harmonizando, assim, o ambiente de suas províncias e, por fim a construção de uma política onde os poderes locaisⁱ —

ⁱ Esta política também se fazia presente antes da guerra, no entanto, fora com o seu advento, que estas práticas se tornaram mais evidentes com o uso de indicações de recrutamento, que visavam desarticular a formação de qualquer oposição perante a força imprimida pelo coronel nas províncias.

cidadãos ricos e coronéis — tinham papel de destaque quanto à construção do efetivo militar que seria lançado para o recrutamento.

Desta maneira percebe-se que tardiamente o exército brasileiro seria formado, somente no decorrer da Guerra que se teria a consciência dessas deficiências quanto ao seu exército, e perceberia que potencialmente existia grande contingente, era preciso, no entanto, criar meios para o fortalecimento da imagem do exército, bem como o fortalecimento do sistema de voluntariado que já existia no império desde 1848. Este sistema era formado da seguinte forma: era dado soldo aos que se alistassem e permaneciam no exército por seis anos, estas medidas, no entanto, se mostraram falhas quando em 1851 e 1852 a insuficiência de recrutados forçou a contratação de forças mercenárias para as intervenções no Prata, o império interveio novamente ao aumentar o soldo, e aumentando o tempo de permanência de seis para nove anos, estas medidas também se mostraram falhas já que com o tempo de serviço aumentado, o atrativo do maior soldo não faria muita diferença⁸.

Todas essas vicissitudes contribuiriam para que somente com a invasão do Paraguai sobre terras brasileiras fossem tomadas medidas que procurassem realmente sanar o fraco poderio de seu exército. As elites nacionais e locais ao perceberem que sozinhas não conseguiriam lidar com o esforço de guerra, do início da guerra em diante usariam de meios para incrementar as classes populares nas investidas contra Solano Lopes, acarretando vários conflitos que seriam sentidos principalmente em âmbito provincial. Diante da evidência do fracasso das medidas tomadas anteriormente do voluntariado, fora criado aos sete dias de janeiro de 1865 pelo decreto de número 3371 o corpo de voluntários da pátria, que segundo Doratioto firmaria substanciais vantagens:

Nestes podiam alistar-se por livre vontade, cidadãos entre dezoito e cinqüenta anos para servir no exército. Para estimular o alistamento, oferecia-se aos voluntários, além do soldo normal dos soldados das forças regulares, de quinhentos réis diários, uma gratificação de 300 mil réis ao darem baixa no final da Guerra. Neste momento os voluntários teriam direito, ainda, a terras, na extensão de 49 500 metros quadrados, nas colônias militares e agrícolas existentes em diferentes pontos do Brasil. Ao voluntário garantiam-se, também, promoções por bravura, meio soldo se ficasse inválido, e em caso de morte, pensão nesse valor para herdeiro indicado à vontade⁹.

Estas medidas tomadas pelo governo foram de crucial importância quanto a participação do efetivo popular da província do Rio Grande do Norte, já que não existia

em terras potiguares nenhum tipo de exércitoⁱⁱ, todas as forças existentes eram constituídas de caçadoresⁱⁱⁱ, guardas nacionais, e algumas praças que serviam de policiamento, que estavam abaixo das designações dos dois primeiros.

Sendo, assim, estas enormes vantagens, aliadas ao discurso patriótico construído com a invasão do Mato Grosso, fomentaram intenso fluxo de voluntários na província, *“esta medida fora como um toque de reunir, a que atenderam legiões de patrícios”*¹⁰. Eram comuns pessoas sem estabilidade financeira recorrer ao voluntariado em busca de afirmação financeira e social que os voluntários da pátria pareciam dar. Deste modo, o recrutamento, antes apenas contra os “indesejáveis” da pátria, tornou-se lucrativo para as demais camadas que agora protegeriam a nação, no cumprimento dos seus deveres de patriotas, por toda a província esta campanha tinha repercussão, como é sentido nesta passagem:

Publicado o decreto que criava os corpos de voluntários, centenas de potiguares acorreram às armas. Registrou-se um febril entusiasmo bélico na província. O presidente era o grande animador, cujo exemplo de civismo comunicava a todos. Constituíram-se comissões de alistamento, com as figuras mais representativas da sociedade, da política, do comércio. Faziam-se verdadeiros comícios, em várias partes da província¹¹.

Antes do decreto que criava os voluntários da pátria o engajamento militar se fazia quase impossível, principalmente devido aos regimes de castigos corporais e o estereótipo de força de desclassificados, afastara, assim, as elites dessa instituição, contudo, com o advento da guerra era preciso de todas as forças que pudessem arregimentar, sendo assim, evidenciou-se um sistema que distinguia “os bem nascidos” dos demais, este sistema tornara-se necessário e explicável devido ao grande poder e influência que o poderio local detinha, sendo, assim, essas distinções se fazem presentes em fala de Aduato Camara quando diz que:

Havia distinções que beneficiam os filhos-de-familia, os descendentes legítimos ou ilegítimos de cidadãos de nobreza notória, os filhos de doutores, de professores do ensino superior e secundário, de oficiais de linha e da guarda Nacional e de capitalistas. Para eles, havia privilégios: eram reconhecidos cadetes de 1ª ou 2ª classe, o que lhes assegurava uma posição hierárquica acima de sargento e os colocavam a salvo das **estúpidas normas disciplinares do tempo**¹² (grifo meu).

ⁱⁱ Existiam na província do Rio grande do Norte corpos de forças policiais que não se encaixavam no que se poderia chamar de exército na época, já que estas forças não eram aquarteladas, bem como não tinham os treinamentos específicos e desempenhavam funções mais policiais do que outra coisa.

ⁱⁱⁱ Que com a dificuldade de arregimentar voluntários para suprir os clarões nas fileiras dos exércitos brasileiros, foram designados para o recrutamento forçado, juntamente com comissões formadas pelos presidentes de província.

Estas “estúpidas normas” as quais os “filhos de família” eram salvos, constituía-se como elemento financiador de um conflito que incorreria na Europa desde o início do século, e que logo seria superado até a obtenção do “povo em armas”. No Brasil este sistema ainda era inerente ao sistema organizacional de cada província, sobretudo devido ao seu caráter escravocrata, onde ainda se tinha heranças do período colonial, a superação deste sistema parecia estar ligada ao cessar da escravidão, o que vimos não ser fácil devido aos interesses locais, dessa maneira este conflito estaria presente no exército até o fim da Guerra, sendo superado mesmo com algumas ressalvas somente com o golpe de 1889.

Porém estas diferenciações não afastariam do voluntariado as classes que não faziam parte dos “filhos de família”, estes seguiram para o voluntariado de maneira avassaladora como demonstra quadro a seguir:

Tabela II

| Classificação | Oficiais | Praças Pret | Total |
|------------------------------|-----------------|--------------------|--------------|
| <i>Voluntários da pátria</i> | 22 | 613 | 635 |
| <i>Guarda Nacional</i> | 23 | 265 | 288 |
| <i>Primeira Linha</i> | 12 | 408 | 420 |
| <i>Voluntários da</i> | | 24 | 24 |
| <i>Marinha</i> | | 100 | 100 |
| <i>Recrutados para</i> | | | |
| <i>Marinha</i> | | | |
| Soma | 57 | 1410 | 1467 |

Números Oficiais de Recrutamento para a Guerra No período de 1865 a 1866¹³.

Por todo o império era comum a grande movimentação da população em busca de vingar os seus brios ultrajados, em busca de se tornarem voluntário da pátria quer devido as vantagens conseguidas a partir do decreto 3371, quer pela intensa movimentação do discurso patriota e a grande efervescência conseguida a partir da invasão de Mato Grosso, estas movimentações se viam grandiosas também em outras províncias por todo o império. Como demonstra o historiador Victor Izecksonh, ao fazer balanço da movimentação em prol da guerra na província do Rio de Janeiro que tinham uma maior proximidade dos negócios da corte:

Os primeiros esforços para a guerra, apesar de grande desorganização, haviam contado com a adesão de vários setores da população e recebido forte publicidade na imprensa. Nós 'a pedidos' dos jornais foram documentados vários desses 'donativos patrióticos'(...) O recrutamento correspondeu às expectativas iniciais, envolvendo indivíduos normalmente alheios a esse tipo de atividade. A província organizou em poucas semanas dois batalhões de voluntários¹⁴.

Bem como o esforço da província do Ceará, que nas palavras do historiador Fabio André Moraes, pode-se perceber a contundência com que este entusiasmo cobrira desde as províncias mais ricas e de proximidade do império, como as mais distantes:

Na província cearense esse momento pode ser caracterizado como um período de intensa mobilização no processo de destacamento dos corpos de guarnição e tropas de primeira linha locais, além é claro, da formação e organização dos primeiros corpos de voluntários da pátria do Ceará¹⁵.

Diante da grandiosidade de esforços que se fazia necessário diante de uma guerra, o governo se viu diante de um dilema, pois até então não tinha sido feito uso devido de sua guarda nacional, esta instituição fora criada em 1831 para suprir as defasagens e fraquezas do exército, iria coadjuvar na defesa tanto internamente como externamente. Os liberais viam o exército como uma instituição que poderia legitimar pela força o despotismo do imperador, e que a Guarda Nacional contribuiria para a substituição gradativa do exército^{iv}, O historiador Basile em seus escritos faz sucinto balanço quanto suas formas de alistamento:

O alistamento era obrigatório para todo cidadão brasileiro dispendo de renda mínima anual para ser eleitor — em se tratando das cidades do Rio de Janeiro, Salvador, Recife e São Luis — no caso dos demais municípios, sendo sadio, do sexo masculino e com idade acima de dezoito e abaixo de sessenta anos; apenas excluam-se autoridades administrativas, judiciárias, policiais, militares e religiosas. O serviço prestado era permanente (até aquela idade limite) e não remunerados, devendo, ainda, os milicianos custear seus uniformes e a manutenção de seus equipamentos e armas, além de prestarem contribuições pecuniárias¹⁶.

A Guarda Nacional no Rio Grande do Norte como abordado no capítulo anterior, se ligara a políticas locais, tornara-se um tipo de policia do coronel, e esta instituição nacionalmente devia mediar interesses nacionais e locais, o que não ocorre em nossa província, e estas ingerências quanto a Guarda Nacional se fazia visível, sobretudo quando fora decretado pelo governo os decretos de número 3383 de 21 de janeiro e o

^{iv} Foi pensando em vários momentos na substituição do exército pela Guarda Nacional, contudo, os liberais acabaram abandonando o projeto logo após a posse de Dom Pedro II, mediante várias outras ingerências e o fortalecimento e uso da Guarda pelos poderes locais.

número 3809 de 13 de março que designou cotas de Guardas Nacionais^v por todas as províncias a fim de serem remetidas ao palco de guerra, contudo, eram asseguradas as mesmas vantagens dadas aos voluntários da pátria.

A Guarda Nacional era dividida em Comandos Superiores, onde eram designadas oficiais para comandar as divisões em seus municípios, estas divisões na maioria das vezes eram divididas por regiões, sendo os seis Comandos Superiores divididos entre municípios, que segundo relatório anexo ao presidente de província Olintho Meira, eram assim divididos: *municípios da Capital, S. Gonçalo, Ceará-Mirim e Touros; S. José de Mipibú, Papari, Canguaretama e S. Bento; Angicos e Macau; Açú, Santana dos Matos, Campo Grande e Mossoró; Príncipe, Acari e Jardim; Imperatriz, Portalegre, Apodi e Pau dos Ferros*¹⁷. Destes Comandos Superiores havia divisão, que segundo Aduauto Camara, tem distribuição de contingentes dessa forma: *A Guarda Nacional, na província, era assim organizada: 22 batalhões e 1 esquadrão de cavalaria, e 15.659 guarda da ativa. A reserva compreendia 1 batalhão de 233 guardas, e mais 1042 avulsos, perfazendo 16.934*¹⁸.

A cota que coube ao Rio Grande do Norte foi fixada em 624 guardas pelo decreto de 21 de janeiro e mais 300 pelo decreto 3809, totalizando, assim, a quantia de 924 guardas, parecia simples tarefa de ser cumprida, no entanto, todo esse contingente de Guardas Nacionais só existia no papel. Era comum alistar-se nos corpos de Guarda Nacional quem quisesse se isentar do recrutamento, bem como assegurar vantagens perante os poderes locais, e o mais comum eram os próprios chefes locais escolherem quem deveriam ser os nomeados e destacar por conta própria para servirem em comandos superiores de suas preferências, nesta instituição, no tocante a província do Rio Grande do Norte era extremamente visível a disposição de servirem as causas locais em detrimento das nacionais, ocasionando grande dificuldade de arregimentação desta instituição por todo o conflito, a partir deste decreto que fixava cota, seria assunto permanente nos relatórios de província a dificuldade de arregimentar essa instituição, bem como o despreparo que os anos de utilidade como força policial do coronel causara:

Podem elas resumir-se em uma palavra, ponderando-se que a guarda nacional nunca foi chamada a servir desde a sua instituição, e era, por assim dizer, um ente sem razão, cuja existência fora da lei só se revelava nos galões, bandas e espadas com que se enfeitavam os seus oficiais (...). Além disto as qualificações da guarda nacional, pode-se dizer, que datam de 1851, pois que as dos anos posteriores não passarão muitas vezes de mera formalidade, quando por ventura foram feitas, de modo que, a maior parte dos indivíduos qualificáveis não são guardas, ao passo que muitos

^v Foi mandado destacar por decreto 14. 796 guardas por todas as províncias.

outros qualificados ou já não existem, ou estão mudados, ou pelo menos em circunstâncias mui diversas das que constão das escalas respectivas¹⁹.

A Guarda mantinha um estigma de instituição de elite, e por isso não estaria apto para entrar em conflito, não havia pericia suficiente que os qualificassem como tais em detrimento de forças voluntárias, bem como a extrema falsidade quanto ao seu efetivo, que na realidade encontrava-se defasada, não havia nenhum controle sobre esta instituição, os potentados locais mantinham sobre o seu controle todas as nomeações, que em decorrência disto aviltava em número e eficácia. Em várias passagens do relatório do presidente Olintho Meira ficava claro a má vontade dos guardas quanto ao recrutamento, sendo em muito superado pelo recrutamento voluntário, *“é triste e bem triste que uma corporação tão circundada de prestígio e de honras pelas leis do império não represente, nas atuais circunstâncias, o elevado papel que lhe compete”*²⁰.

De início as medidas tomadas pelo governo surtiram o efeito desejado, houve grande arregimentação principalmente de voluntários, contudo, até quando duraria o conflito entre a tríplice aliança e o Paraguai? Até onde continuaria a ser eficaz o discurso disseminado de ultraje da unidade nacional com a invasão de Mato Grosso? A Guerra parecia se estender mais do que o imaginado e isto implicariam cada vez mais em dificuldade de recrutamento, bem como o estímulo aos patriotas, sobretudo a partir de 1868 as várias táticas evasivas ao recrutamento se tornaram visíveis, as dificuldades de recrutar perpassava por inúmeras esferas políticas e sociais da província, gerando sem dúvida o que seria o maior conflito provincial engendrado durante o conflito Nacional.

“Deus é grande, mas o mato é ainda maior”: Recrutamento e designação Forçada e as variadas formas de resistência e resistências.

A Guerra contra o Paraguai despertou de início imenso entusiasmo, O Rio Grande do Norte enviou nos primeiros meses conforme tabela I o montante de 1467 pessoas, destas 635 eram voluntários da pátria, mas, a longevidade do combate aliada ao desgaste do discurso de defesa da pátria devido a ofensiva tomada em terras Paraguias pelos aliados, contribuíram de forma decisiva para que gradativamente esta torrente fosse aos poucos estancando, quando de início por tamanha a força das tropas que o governo imperial *“chegou a suspender o recrutamento. Uma circular do Ministério dos negócios da Guerra de 3 de maio de 1865 suspendia até segunda ordem tal procedimento”*²¹, agora com o discurso inicial desabilitado de seu efeito, seria preciso a busca de novos dispositivos para a arregimentação de tropas, que tornara-se crescente devido a

continuidade do combate, gerava-se demandas quanto ao recrutamento, e consecutivamente grava-se conflito em torno dos meios para se conseguir suprir estas demandas.

Durante a noite de 15 de janeiro de 1865, em Natal, houve seria atividade de recrutamento, espalhando pânico, lançando uma nota de tristeza nas **famílias humildes**, naquele promissor raiar de ano novo. “Não é possível imaginar o alarido que faziam mulheres e crianças, atrás dos recrutados. (...) os infelizes capturados eram pescadores residentes na Ribeira, nas Rocas, no Areal. Por que seria aquele aliciamento súbito e cruel, que sobressaltou a população?”²² (grifo meu)

O recrutamento coercitivo já se fazia antes mesmo do início do conflito, desde 1848, contudo, era estendido somente aos indesejáveis e desclassificados, o que permitiu que Chiavenatto afirmasse que “o exército, quase nulo, é um amontoado de bêbados, vagabundos e negros emprestáveis para escravidão”²³, dessa maneira os governos provincial e central, tinham sua autonomia deferida nas localidades pela força dos chefes locais, dependendo, assim “da boa vontade dos chefes locais, que procediam à seleção dos recrutas segundo as conveniências políticas regionais”²⁴. O recrutamento em sua maioria era feito seguindo as demandas quanto à higienização da província e os interesses locais, que usavam do recrutamento como meio de intimidação aos contrários as suas políticas, bem como qualquer tipo de inimigos, o caráter de degradação do exército permitia que houvesse equivalência entre o medo entre ir para a prisão e ser recrutado²⁵.

A invasão do território brasileiro, e a declaração de guerra pelos Paraguaiois, ocasionaram demandas jamais quistas pelo império, a desorganização desde a independência seria fomentadora da abrangência que foi dada ao recrutamento coercitivo. O que permitiu que desde os primeiros dias do conflito fossem criadas intendências em busca de recrutados, o primeiro registro de recrutamento após a confirmação da guerra na província do Rio Grande do Norte, como nos mostra Camara datam do dia 15 de janeiro, o recrutamento teria uma diferenciação do que acontecia antes, eram agora direcionadas as “famílias humildes” e não somente aos desclassificados, a urgência de contingentes demonstrava que não seriam medidos esforços para se manter as chances de vitória do império, para isso foram expedidos vários decretos ativando o recrutamento pelas províncias.

As dificuldades de alistar foram seriamente sentidas, sobretudo a partir de 1868, quando as ilusões de guerra rápida e honrosas recompensas pelo alistamento voluntário foram substituídas pelas reais condições de guerra longa e de alto custo. A

população reage as notícias que chegam do *jornal do comércio*, onde são demonstradas as grandes dificuldades das tropas e as formas brutais de recrutamento no restante das províncias pelo império^{vi}, recusando gradativamente qualquer tipo de alistamento, forçando a autoridade provincial a lançar mão cada vez mais de dispositivos visando a capturas de recrutas. O fazendeiro e deputado liberal Amaro Bezerra Cavalcanti em ofício anexado ao relatório do presidente Luiz Barboza da Silva, configura as dificuldades de recrutar dessa maneira:

Em principio, com efeito, não faltavam voluntários, e o próprio governo os achou de mais. Hoje, porém, quando o perigo se há mostrado sério, e o esforço nacional deviam recrescer, a torrente estancou, e a reação tem sido pungente em todas as províncias do império, onde só o **recrutamento e a designação forçada** da guarda nacional vai dando fraco e tardio reforço às fileiras do nosso exército.^{vii}(Grifo meu)

O recrutamento recaía principalmente sobre a população pobre do interior da província, sem fazer distinção de quem tinha capacidades físicas para se alistarem, as tropas recrutadas forçosamente eram em sua maioria pessoas alheias ao uso de armas, pessoas simples que era, assim, presos e remetidos aos contingentes sem maiores explicações, uma peça da época, escrita pela Northeriograndense Isabel Gondim, exemplifica bem pela sua escrita ao fazer um diálogo entre um auxiliar de recrutador e seu superior ao apresentar um pobre morador do interior como recrutado:

Foi preso na roça, onde entramos e tocamos os chocalhos, para que aí supusesse animais destruidores; logo vieram em defesa das plantações alguns vultos, sobre os quais precipitamo-nos, e, finalmente conseguimos prender esse moço²⁶.

Esta narrativa exemplifica uma das práticas dos recrutadores, de se passarem por algum tipo de “animal destruidor” para que, assim, fosse possível a captura dessas pessoas, ao desenrolar da peça, o recrutado era “doente, amarelinho e barrigudinho”, que virou freqüente estereótipo do pobre recrutado. A prática de “caçador de recruta” passou a ser de grande valia, “não há exagero em afirmar que doentes, raquíticos, até aleijados e débeis mentais são ‘preados’ e vendidos ao exército”^{viii}.

^{vi} Os jornais chegavam a sua maioria mensalmente, mesmo não existindo grade número de pessoas letradas na província, as notícias se espalhavam aumentando ainda mais o grau do impacto destas notícias. Ver CAMARA. Adauto Miranda Raposo da. Op. Cit.

^{vii} Anexado ao relatório do presidente de província Luiz Barboza da Silva, do ano de 1867.

^{viii} Eram vendidos ao império a 5\$000 (cinco mil réis) a cabeça, em um claro exagero por parte de alguns autores, é certo que houve valorização destes devido a escassez de voluntários e recrutas a partir de 1868, contudo, ainda era um valor absurdo a se pagar por qualquer recruta em qualquer momento durante o conflito. Ver CHIAVENATTO, Júlio José. Op. Cit. P. 49-50

A urgência de tropas gerou o “esquecimento” e/ou abrandamento de algumas exigências mínimas para a designação para o uso de armas, exigências físicas e mentais, bem como exigência mínima em relação à idade, todas estas prerrogativas pareciam estar aquém perante necessidade de recrutar, realidade vista por Joaquim Nabuco ao empregar destes termos, *“temos que empregar, sem embargo, todos os meios, ainda que extraordinários, para conseguir tal fim”*²⁷. Isto serviu de alicerce para a atitude do presidente Luiz Barboza da Silva, ao conceder permissão especial a João da Fonseca Varela, de idade de 15 anos, que teve permissão para assentar praça como agregado, como houve *“igualmente autorização para outros sete que constam na folha de pagamento. Um deles, por exemplo, era cego da vista esquerda, Antonio Vieira da Silva”*²⁸.

Estes dispositivos incrementados pelos caçadores surgem como forma de burlar o que vinha sendo comum entre a população passível de ser recrutada e a guarda nacional, esta instituição em particular gera imensa dificuldade, com as metas fixadas em 924 guardas, os presidentes de província tinham de empregar de todos os meios a fim de conseguirem estas metas. A Guarda Nacional por ser uma instituição de cunho elitista, criava mais dificuldades quanto ao recrutamento, que desde início teve de ser usado do artifício do recrutamento forçado para se ter algum êxito, era comum a deserção de guardas, que quando capturados e aquartelados fugiam, na maioria das vezes em busca da imensidão das matas e das serras, como dizia ditado popular, “Deus é grande, mas o mato é ainda maior”, em fala que fora anexada ao seu relatório o presidente Luiz Barboza da Silva nos dá novamente, dimensão deste tipo de fuga:

Acresce que no período que trato o sertão da província não se presta às diligências necessárias para a captura dos guardas desobedientes, ao passo que oferece sempre abrigo seguro aos fugitivos, principalmente nas serras, como vossa excelência melhor sabe que eu²⁹.

A resistência pela evasão ou deserção visava fuga não só do recrutamento, mas também significava resistências as variadas formas e medidas autoritárias de aliciamento tomadas pelos governos centrais e locais. Isto implicava na formulação de pretensa contradição no seio do exército, ao fugirem ao dever de “patriota”, esses indivíduos passavam a ser considerados criminosos, estavam cometendo crime de “resistência”, e passavam a ser “caçados” para que fossem remetidos as fileiras do exército, mas, neste sentido ocorria mudança no discurso, seriam caçados não por se evadirem ao exército e, sim por não condizerem com o seu dever de patriota de defende-

la sob todas as maneiras, o uso deste discurso tornara-se comum a fim de justificar tais práticas coercitivas.

O poder central ao criar os voluntários da pátria e ao designarem as forças dos Guardas nacionais, pretendia preterir a imagem negativa que o exército tinha de ligação aos desclassificados, abrindo espaços para a formação de um exército de patriotas e de filhos-de-família. Contudo, *“indultar presos comuns foram outras medidas tomadas pelo governo visando amenizar as dificuldades de contingente”*³⁰, estas medidas, no entanto, condiziam com a fortificação do estereótipo negativo designado aos militares, e ainda, contribuiria para inversão de *status* de criminoso e cidadão patriota, ou seja: alguns criminosos que se alistavam no exército eram visto como patriotas, enquanto que cidadãos ao se evadirem às práticas degradantes de guerra eram visto como criminosos, e eram perseguidos de forma constante, como indica Olintho Meira que destacou algumas diligências especiais para esse fim:

Esses diversos destacamentos acham-se à disposição dos comandantes superiores respectivos para a prisão dos guardas designados, e igualmente para auxiliar as autoridades policiais na captura de criminosos e serviço de recrutamento para o exército e marinha³¹.

As resistências ao recrutamento empregadas na província esfacelavam qualquer tipo de pretensão de concorrer com a cota imaginada para a província, desta maneira foi criado e/ou manipulado vários “meios” onde se propunha a mudança no combate às resistências, que era normalmente praticada do modo mais difícil — quando a população já tinha se evadido —, procuravam, assim, evitar que se evadissem, e ainda mais que se alistassem por conta própria. Amaro Bezerra Cavalcanti expediu ofícios pedindo permissão ao presidente de província e ao imperador para poder embarcar junto com “os seus”, o que de fato não foi possível, pois era deputado geral, e por isso isento do serviço militar. Sendo possível então mandar-lhes somente os 124 voluntários que conseguira na província, mediante perdão de dívidas e encorajamentos financeiros, por toda a província saiu por quatro meses arregimentando e propondo o discurso de patriotismo, o presidente Luiz Barboza da Silva fez questão de anexar este ofício, onde contava com grande entusiasmo o feito deste:

Hoje, pois ofereço a vossa excelência e ao meu país todo o esforço e dedicação de que sou capaz, apresentando-me para marchar voluntário para a guerra com os amigos que me quiserem acompanhar, aos quais dará Vossa Excelência a organização que entender mais grande, mas julgo conveniente, à vista do número que para isso se oferecer, o qual não sei se será grande, mas julgo de meu dever experimentá-lo³².

Esta iniciativa não se configuraria como única em busca de alimentar as pretensões da província e império quanto aos recrutados, seria apenas o interruptor que ligaria a pretensa “corrente patriótica” do Norterio-grandense, como narra Aduino da Camara nesta passagem:

O coronel [loló] declarou publicamente que perdoaria as dividas de seus rendeiros que se alistassem ali mesmo, dezoito deram passo à frente! (...) O major Miguel ofereceu um conto de réis para dez pessoas que naquele momento se apresentassem para a guerra. Três atenderam e receberam a quantia de 300\$ cada um³³

O presidente Luiz Barboza da Silva sente-se em *déficit* quanto a sua participação para concorrer com o efetivo populacional enviado a guerra, participando com vários comícios por toda a província, sempre conclamando os brios ultrajados dos moradores. O discurso era de dívida da população para com a pátria mãe, creditando o futuro da nação livre e uníssona á vitória. Seguindo, no entanto, a tendência e o exemplo dado por Amaro Bezerra Cavalcanti, ao destacar parte da renda dos fundos de guerra^{ix} para a aquisição de voluntários, por todos os comícios a retórica era de chamamento à participação de todos:

Valentes Rio-grandenses! Às armas!
Eia! Alistai-vos de que sois uma importante porção de família brasileira, cidadãos de um país livre, fadado a grandes destinos, que serão a gloria de nossos filhos se cumprirmos todos os nossos deveres.
Eia pois! Às armas!
À Guerra! Ao Paraguai!
Viva S.M. o imperador, constitucional e defensor perpétuo do Brasil!
Viva a nossa religião!
Viva a nação Brasileira!
Viva a liberdade, a ordem e as instituições juradas³⁴.

Estes dispositivos surgiram como necessidade de restaurar “a chama patriótica” da província, e existindo como um meio das autoridades locais resistirem aos modos de resistências comuns da população, em outras palavras: os coronéis e chefes locais perceberam que podiam diminuir as resistências ao recrutamento se mudassem o meio de abordagem, em vez de empregar custosas quantias a fim de criar diligências e comprar os fujões por meio de terceiros, era mais viável e lucrativo distribuir estas quantias de forma direta, como artifício aliciador da bondade e desprendimento patriótico

^{ix} Foi criado desde o inicio do conflito e ainda pelo Presidente Olintho Meira uma comissão onde era arrecadando fundos pela província a fim de serem revertidos aos necessitados e famílias dos voluntários. Ver CAMARA. Aduino Miranda Raposo da. Op. Cit. P. 24-25

destes em detrimento das necessidades da “pátria mãe”. Estava garantida, assim, a produtividade de suas terras, pois buscavam recrutas fora de seus domínios.

No entanto, não escamoteemos os interesses dos recrutados, o recrutamento com incentivos financeiros funcionava para os dois lados, mesmo que às vezes desproporcional para um dos lados, esta relação se dava na maioria das vezes como a solução de problemas tanto dos coronéis quanto da população pobre, que viam nestas quantias a independência de alguma dívida, além de significar que estavam garantidas as vantagens conseguidas com o decreto que criava os voluntários da pátria e, ainda mais os incentivos para se alistarem. Sendo, assim, esta decisão mesmo que não garantissem melhores condições ou diferenciações quando inseridos no exército, garantiria a diferenciação quanto ao modo de como foram alistados, bem como a imagem que lhes era outorgada, deixando para trás o estigma de criminoso.

¹ MONDAINI, Marco. Guerras Napoleônicas In. História das Guerras. Editora Contexto. Rio de Janeiro. P.201

² MONDAINI, Marco. Op. Cit. P.202

³ CASTRO, Celso. Os Militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1995. P. 18

⁴ MONDAINI, Marco. Op. Cit. P.201

⁵ CHIAVENATTO, Júlio José. A Guerra contra o Paraguai. Editora Brasiliense. São Paulo. 1995. P. 49

⁶ CAMARA, Adauto Miranda Raposo. *O Rio Grande do Norte na Guerra do Paraguai*. Edição do IHGRN. 1951. Natal. P.21

⁷ DORATIOTO, Francisco Montolivo. *Maldita Guerra: Nova história da guerra do Paraguai*. São Paulo. Companhia das Letras. 2002. P.112

⁸ DORATIOTO, Francisco Montolivo. Op. Cit. P.112

⁹ Idem. P.114

¹⁰ CAMARA, Adauto Miranda Raposo Tavares. Op. Cit. P. 22

¹¹ Idem. P.23

¹² Ibidem. P. 23-24

¹³ Dados Retirados do relatório do Presidente de Província do Rio Grande do Norte, Luiz Barbosa da Silva, no ano de 1867, como balanço do efetivo de Guerra lançado até então pela província.

¹⁴ IZECKSONH, Victor. Recrutamento militar no Rio de Janeiro durante a Guerra do Paraguai. IN: Nova História Militar Brasileira. Castro, Celso; Izecksohn, Vitor e KRAYY, Hendrik.(Org.). Rio de Janeiro: FGV, 2004.P.187-188

¹⁵ MORAIS, Fábio André da Silva. “Às armas cearenses, é justa a guerra”: a mobilização para a guerra contra o Paraguai na Província do Ceará. In. Revista do Arquivo Público do Estado do Ceará. 2008. P. 86

¹⁶ BASILE, Marcello Otávio N. de C. O império Brasileiro: Panorama Político. In História Geral do Brasil. Maria Yedda Linhares (org). 9 ed. Rio de Janeiro. Elsevier. 1990. P.226

¹⁷ Dados retirados do relatório do presidente de Província Olintho Meira, do ano de 1866.

¹⁸ CAMARA. Adauto Miranda Raposo da. Op. Cit. P.31

¹⁹ Relatório do presidente de província do Rio Grande do Norte Luiz Barboza da Silva, do ano de 1867.

²⁰ Relatório do Presidente de província do Rio Grande do Norte Olintho Meira, do ano de 1866.

²¹ MORAIS, Fábio André da Silva. Op. Cit. P. 86

²² CAMARA. Adauto Miranda Raposo da. Op. Cit. P.21

²³ CHIAVENATTO, Júlio José. Op. Cit. P. 49

²⁴ IZECKSONH, Victor. Op. Cit. P.183

²⁵ CAMARA. Adauto Miranda Raposo da. Op. Cit. P.19-22

²⁶ Isabel Gondim, “o sacrifício do amor”, drama de 5 atos. Citado em CAMARA. Adauto Miranda Raposo da. Op. Cit. P.28

²⁷ Citado em CHIAVENATTO, Júlio José. Op. Cit. P. 50

²⁸ CAMARA. Adauto Miranda Raposo da. Op. Cit. P.45 e 78

²⁹ Relatório datado do ano de 1867 do presidente Luiz Barboza da Silva

³⁰ SOUZA, Maria Regina Santos. À procura da redenção: Transgressores Cearenses na guerra entre Brasil e Paraguai (1865 – 1870) In. **Revista do Arquivo Público do Estado do Ceará**. 2008. P. 35

³¹ Relatório do presidente Olintho Meira do ano de 1866.

³² Ofício expedido no ano de 1867 anexado ao relatório do presidente Luiz Barboza da Silva do referido ano.

³³ CAMARA. Adauto Miranda Raposo da. Op. Cit. P.34

³⁴ Discurso do Presidente Luiz Barboza da Silva, anexo ao seu relatório do ano de 1867.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

BASILE, Marcello Otávio N. de C. **O império Brasileiro**: Panorama Político. In História Geral do Brasil. Maria Yedda Linhares (org). 9ª ed. Rio de Janeiro. Elsevier. 1990.

CAMARA, Adauto Miranda Raposo. **O Rio Grande do Norte na Guerra do Paraguai**. Sebo Vermelho Edições. 2008. Natal.

CASTRO, Celso. Os Militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1995.

CHIAVENATO, Júlio José, **A Guerra contra o Paraguai**. Brasiliense. São Paulo, 1991.

DORATIOTO, Francisco Monteoliva. **Maldita Guerra**: Nova história da guerra do Paraguai. São Paulo. Companhia das Letras. 2002.

IZECKSONH, Victor. Recrutamento militar no Rio de Janeiro durante a Guerra do Paraguai. IN: Nova História Militar Brasileira. Castro, Celso; Izecksohn, Vitor e KRAYY, Hendrik.(Org.). Rio de Janeiro: FGV, 2004.

MONDAINI, Marco. Guerras Napoleônicas In. História das Guerras. Editora Contexto. Rio de Janeiro.

MORAIS, Fábio André da Silva. “Às armas cearenses, é justa a guerra”: a mobilização para a guerra contra o Paraguai na Província do Ceará. In. Revista do Arquivo Público do Estado do Ceará. 2008.

SOUZA, Maria Regina Santos. À procura da redenção: Transgressores Cearenses na guerra entre Brasil e Paraguai (1865 – 1870) In. **Revista do Arquivo Público do Estado do Ceará**. 2008